

ACERVOS E ARQUIVOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: POSSIBILIDADES PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

COLLECTIONS AND ARCHIVES IN RIO DE JANEIRO CITY: POSSIBILITIES FOR RESEARCH IN HISTORY OF MATHEMATICS EDUCATION

FLÁVIA SOARES¹

Resumo

Em seu conhecido artigo “A Cultura Escolar como objeto histórico”, Dominique Julia afirma que “o historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira”. Felizmente quando essa madeira é de boa qualidade e farta, o historiador tem a possibilidade de ter em suas mãos muitos meios para tentar (re)construir o passado. É fato que o Rio de Janeiro é um foco privilegiado de análise por sediar importantes instituições que mantêm acervos sobre vários acontecimentos importantes aqui passados, dentro os quais a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre as possibilidades de pesquisa em História da Educação Matemática tomando o Rio de Janeiro como foco e as pesquisas da autora como exemplos.

Palavras-chave: *História da Educação Matemática, Acervos e Arquivos, Rio de Janeiro.*

Abstract

In his well-known article "The School Culture as a historical object," Dominique Julia states that "the historian knows how to make arrows with any wood". Fortunately when this wood is of good quality and abundant, the historian has the chance to get their hands on many means to try to (re) construct the past. It is a fact that Rio de Janeiro is a prime focus of analysis for hosting important institutions that keep collections of several major past events here, as Biblioteca Nacional, the Arquivo Nacional, the Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. This paper aims to present some reflections on the possibilities of research in mathematics education history taking Rio de Janeiro focused and research of the author as examples.

Key-words: *History of Mathematics Education, Collections and Archives, Rio de Janeiro.*

Este texto é oriundo da apresentação que fiz no III Fórum de discussão: Parâmetros Balizadores da Pesquisa em Educação Matemática no Brasil no GD3 que é dedicado à Pesquisa em História na/da Educação Matemática. Realizando pesquisa em história da educação matemática há algum tempo, desde o mestrado concluído em 2001,

¹ Flavia Soares, Universidade Federal fluminense. flasoares.rlk@gmail.com

já vivenciei algumas situações de dificuldade que outros tantos pesquisadores vivenciam no processo de coleta de material de pesquisa. Por outro lado também tive boas surpresas em encontrar locais e materiais adequados e acessíveis às pesquisas que venho desenvolvendo. Na ocasião da realização do III Fórum de discussão: Parâmetros Balizadores da Pesquisa em Educação Matemática no Brasil, minha intenção era fazer um relato de minha experiência em acervos e arquivos públicos² especialmente nos localizados na cidade do Rio de Janeiro a fim de evidenciar o potencial de algumas instituições e dos materiais nelas disponíveis para a pesquisa histórica. Este artigo é uma versão ampliada e revisada desse relato em que busco ampliar alguns dos temas presentes no texto apresentado no evento.

Em outra ocasião (SOARES, 2006) me referi ao fato de que fazer pesquisa histórica e localizar fontes não é tarefa fácil. Gostaria de frisar aqui que fazer pesquisa histórica no Brasil é realmente bastante difícil, mesmo quando se tem à disposição boas instituições que possuem um bom acervo, como é o caso do Rio de Janeiro. É surpreendente e frustrante verificar ainda que, ao buscar por documentos brasileiros na web eles podem estar totalmente disponíveis e organizados em um site estrangeiro bem antes de estarem disponíveis em órgãos brasileiros. É o caso do material do *Center for Research Libraries* em Chicago que disponibiliza já há bastante tempo, imagens digitais de publicações emitidas pelo poder executivo do governo do Brasil entre 1821 e 1993, e pelos governos das províncias até 1889 e disponibiliza materiais como os Relatórios Ministeriais do Império³ ou o *Almanak Laemmert* em acesso aberto a todos os pesquisadores interessados.

Um livro do qual gosto muito é o organizado por Carla Bassanezi Pinsky intitulado *Fontes Históricas*, publicado em 2005. Durante o período em que realizei o doutorado ele me foi útil em diferentes ocasiões e agora retorno a ele para escrever este texto. O livro é organizado em capítulos escritos por diferentes autores e cada um deles trata de um tipo diferente de fonte: documentais, arqueológicas, impressas, orais, biográficas e audiovisuais. O que faz o texto ser interessante é o fato de que cada autor comenta sobre a relação entre a história e a fonte da qual faz uso, faz algumas teóricas

² Pela Lei 8159 de 08 de janeiro de 1991 os arquivos públicos são definidos como “os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”.

³ O mesmo material foi recentemente digitalizado pela Biblioteca Nacional, mas a nosso ver, com qualidade inferior.

sobre o trabalho com o tipo de fonte, oferece exemplos de pesquisas com aquele tipo de material e por fim, a partir de sua experiência, faz algumas observações práticas e oferece dicas valiosas tanto para pesquisadores iniciantes quanto para os mais experientes.

O que tento ora escrever neste texto, sem a pretensão de ser uma grande expert na área com muitos conselhos a dar, é semelhante ao realizado em Pinsky (2005), compartilhar um pouco da minha experiência com alguns tipos de fontes que há alguns anos venho me debruçando, de forma a instigar pesquisadores iniciantes à pesquisa e ainda discutir sobre algumas dificuldades encontradas por mim e por certo por outros tantos pesquisadores brasileiros em seus trabalhos em diferentes instituições de pesquisa, em particular no Rio de Janeiro.

Sobre arquivos e memória

Não nos custa lembrar que os arquivos constituem a memória das instituições e das pessoas e, como manifestação humana, deve-se entender que a forma como foram e estão constituídos sofreram intervenções diversas, definindo entre outras coisas, sua finalidade, sua organização, ou ainda a opção pelo descarte ou pela preservação de documentos.

Como ressalta Calderon (2013), “a história dos arquivos é marcada por seu intenso envolvimento com a administração e com a necessidade humana de criar e preservar registros documentais”, registros esses que “possibilitam a preservação da memória individual e coletiva, fonte de informação valiosa para o desempenho administrativo e o desenvolvimento da humanidade” (p.33).

Em se tratando de pesquisas em história da educação matemática os arquivos escolares são os que geram maior interesse se configurando como verdadeiros “celeiros de documentos sobre os fazeres ordinários da escola” (VIDAL, 2005, p. 17). Assim,

esses objetos permitem não apenas a percepção dos conteúdos ensinados, a partir de uma análise dos enunciados e das respostas, mas o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola (p.16)

Entretanto, além dos arquivos escolares, ou melhor, dos arquivos alocados nas escolas, os arquivos estatais, frutos de uma necessidade da administração pública, oferecem muitos documentos captados de instâncias oficiais. Esses documentos, também dão conta do cotidiano, senão das salas de aula, das práticas das instituições escolares e

das burocracias escolares, como horários, mapas de faltas de professores, solicitações de professores, registros de salários, cartas de pais de alunos, atas e provas de exames, memorandos, ofícios, correspondências, entre outros.

Assim, pode não ser possível localizar nesse tipo de arquivo um caderno escolar, mas outros documentos igualmente reveladores das práticas escolares como relatos de professores sobre suas atividades, denúncias de pais a respeito de professores que usam de castigos corporais com os alunos ou críticas dos gestores quanto ao mau uso dos livros didáticos.

Em se considerando os arquivos escolares, uma preocupação permanece. Como também lembra Vidal (2005), em geral, as secretarias das escolas mantem registros da vida escolar dos alunos e professores atualizando os arquivos correntes, ou seja, aqueles que se prestam a objetivos imediatos, mas que tem vida útil definida e, depois de um tempo, são descartados. Assim, “por uma espécie de seleção natural, uns e outros sobrevivem, testemunhando matizes do trabalho da escola” (VIDAL, 2005, p. 22). O que ocorre com outros materiais como cadernos de alunos, trabalhos escolares, diários de classe não se sabe ao certo. Ainda no dizer de Vidal (2005),

é forçoso realçar que uma reconsideração das normas de guarda de documentos escolares, contemplando a preservação de exercícios, provas escolares, diários de classe, cartazes, quadros, entre outros, pode aumentar as possibilidades de estudos acerca das práticas escolares (p.16).

É necessário, portanto cuidar da memória associada à história escolar e reconhecer que “não há prática escolar desligada das condições materiais de sua efetivação” (VIDAL, 2005, p.24). A guarda desses objetos que fazem parte do cotidiano das instituições de ensino é importante, pois por meio deles é possível a compreensão de suas relações com o professor e com o aluno, e, portanto de boa parte da realidade escolar.

O trabalho com periódicos e a Biblioteca Nacional

Quando iniciei minhas pesquisas para a dissertação, em 1999, como pesquisadora novata, tive várias dificuldades: identificar claramente o objeto de pesquisa; verificar que tipo de fonte poderia me ajudar nas respostas para as perguntas que havia formulado; localizar as instituições que eu deveria ir para obter os dados de que necessitava. Esses

primeiros questionamentos me levaram em direção ao acervo da *Biblioteca Nacional*, no Rio de Janeiro.

Durante o mestrado foi bastante penoso perceber que uma das principais instituições depositária de jornais e revistas de todo o país, referência para pesquisadores de todas as áreas, que é a Biblioteca Nacional, tinha condições bastante precárias para pesquisa. A Biblioteca Nacional, importante biblioteca do país, foi fundada em 1810 e organizada a partir da livraria trazida por D. João VI e de outras bibliotecas de nobres e clérigos (RIOS FILHO, 2000). Lá se encontram um acervo de livros, jornais em forma de microfilme e em papel, iconografia, entre outros, dispostos em um acervo comum e outro de obras raras.

Grande parte do acervo de periódicos da Biblioteca Nacional está agora disponível digitalmente o que facilitou enormemente a vida de pesquisadores que podem ter acesso remoto as obras. Mas para quem, como eu, que recentemente fez pesquisa em periódicos em forma de microfilme, a memória ainda remete a uma experiência de pesquisa bastante dura. As dificuldades começam pelo horário de funcionamento reduzido no final de semana, número insuficiente de profissionais especializados, máquinas de microfilme antigas ou defeituosas, ambiente pouco iluminado, alto custo das fotocópias, além de problemas na própria microfilmagem do acervo, coisas das quais já me queixei em outras ocasiões e que não ocorrem por certo somente na Biblioteca Nacional.

O número de trabalhos que se valiam de jornais e revistas como fonte, como lembra De Luca (2005), ainda era relativamente pequeno na década de 1970 e embora houvesse o reconhecimento da importância desses impressos, eles eram ainda subtilizados como fontes para a pesquisa histórica. A autora ainda observa que após de alguns estudos importantes feitos sobre a História da imprensa e por meio da imprensa, o jornal passou a ser reconhecido e valorizado como material de pesquisa relevante para o estudo de uma época. Outra autora, Maria Helena Capelato (1988) constata que a imprensa registra, comenta e participa da história, possibilitando ao historiador acompanhar o percurso dos homens pelos tempos.

Também na área de Educação, esse tipo de registro se mostra importante para a recuperação da evolução factual, de polêmicas, de reformas, de discussão de propostas de ensino e de aspectos do cotidiano escolar. Dessa forma, a imprensa vem sendo utilizada por pesquisadores de várias áreas da educação e da educação matemática, sendo bastante útil e importante a preservação do acervo disponível da Biblioteca Nacional. As condições

nas quais esse acervo é preservado diz respeito a todos os cidadãos interessados na conservação do patrimônio público e da sociedade e também aos que fazem uso da Biblioteca Nacional. Qualquer dano a esse acervo ou impedimentos para sua consulta faz tremer os pesquisadores e nos causa pânico quando qualquer notícia sobre isso é manchete de jornal. Não faz muito tempo, em 2012, a Biblioteca passou por problemas de vazamento na tubulação do ar refrigerado, o que causou danos inestimáveis justamente ao setor de periódicos e um mês antes também uma inundação por conta das chuvas atingiu seu no prédio anexo (MIRANDA, 2012).

Na Biblioteca Nacional, o grande acervo de jornais e revistas me foi útil em duas ocasiões: durante a elaboração da dissertação de mestrado (SOARES, 2001) em que pesquisei sobre o Movimento da Matemática Moderna no Brasil; e, mais recentemente, em um projeto sobre a imprensa periódica no século XIX financiado pela FAPERJ.

Na primeira ocasião, realizei minha pesquisa no setor de livros e no setor de periódicos. Neste último, não era raro o cansaço advindo de um dia inteiro de buscas por um artigo nas páginas de jornal usando as antigas e precárias máquinas de visualização de microfilmes. Em muitos momentos a busca era prejudicada e demorada, pois as páginas estavam fora de ordem ou manchadas e o trabalho de cópia era interminável. Em poucas ocasiões me foi possível solicitar cópias dos microfilmes o que me custava um bom dinheiro da bolsa recebida pela CAPES.

Em outra ocasião mais recente a pesquisa foi realizada também no setor de periódicos. Desta vez a pesquisa teve como objeto de análise as revistas pedagógicas e os artigos por elas publicados que tratassem de questões voltadas ao ensino de Matemática durante o século XIX.

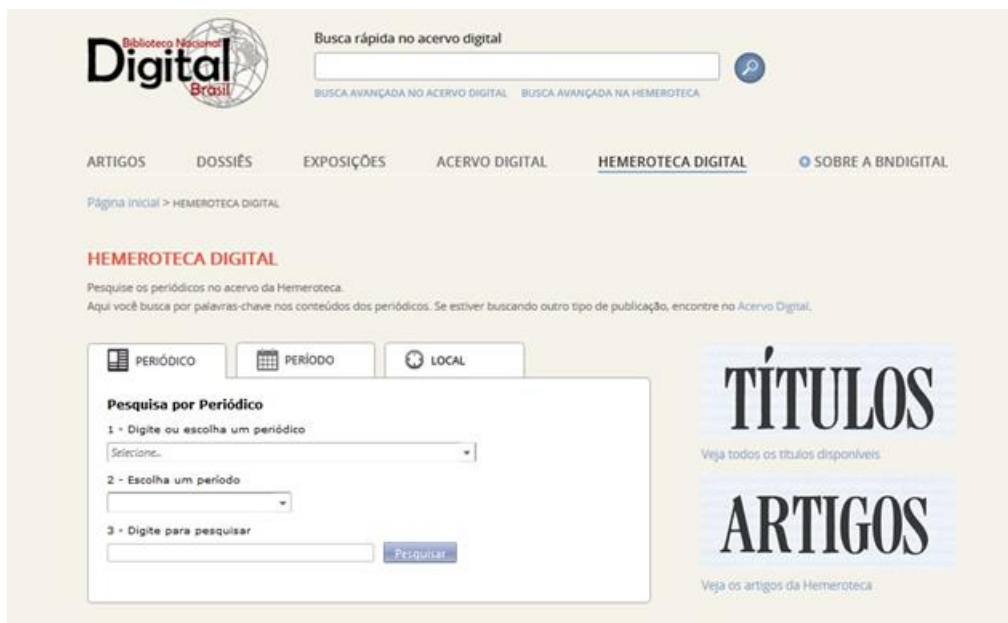


Figura 1 – Hemeroteca Digital (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>)

Em um primeiro momento, durante a elaboração do projeto, fui a Biblioteca Nacional para verificar os periódicos disponíveis no acervo. Nessa ocasião, ainda não estavam disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional os exemplares dos periódicos dos quais precisava. Em princípio, selecionei alguns periódicos pertencentes ao catálogo da Biblioteca Nacional a fim de coletar mais dados para a elaboração do projeto: *A instrução pública*; *A verdadeira Instrução Pública: órgão dos professores públicos de instrução primária da corte*; *A Escola: revista brasileira de educação e ensino*; *Instrucção Nacional: revista de pedagogia, ciencias e letras*; *A Sentinella da Instrucção: jornal destinado a acompanhar os progressos da instrucção primária e secundária no Brasil e a defender os interesses da mocidade estudiosa*.

Esse primeiro momento de busca me faz lembrar uma passagem de Munteal Filho que faz uma analogia interessante útil aos jovens pesquisadores que iniciam sua trajetória em instituições de memória.

O trabalho do historiador no interior do Arquivo pode lembrar um autêntico jogo de dados. A aposta no tema não deve se assemelhar a um cassino. Os dados que são recolhidos paulatinamente referem-se não a uma busca aleatória, mas sim a um esforço de investigação acerca das várias possibilidades de enfrentamento do problema a que se propõe o pesquisador. O jogo não precisa se constituir numa disputa de cartas marcadas. É necessária uma abertura do pesquisador para uma eventual mudança de rota diante do material encontrado. Uma fonte em princípio fora do interesse mais imediato da pesquisa não significa fracasso total

da busca, mas sim um teste considerável [...] à singularidade de suas hipóteses (1998, p. 278).

Em minha pesquisa, assim como aponta Munteal Filho (1998), foi necessária uma mudança de rota diante do material encontrado. Assim, alguns dos periódicos inicialmente selecionados foram descartados por motivos diversos.

Depois da aprovação do projeto, tive a grata surpresa de a página da Hemeroteca Digital já estar funcionando e os jornais que havia selecionado para a pesquisa estavam disponíveis. A experiência com o acervo digital da Biblioteca Nacional foi bem mais agradável com a possibilidade de acessar os documentos sem sair de casa. Sem dúvida, esse recurso favorece o pesquisador que pode dedicar mais tempo a própria pesquisa do que ao ir e vir à fonte *in loco*.

Manuscritos do século XIX: o Arquivo Nacional e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Em outros projetos realizei visitas aos dois dos principais arquivos da cidade: o *Arquivo Nacional* (AN) e o *Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro* (AGCRJ).

O Arquivo Nacional foi criado em 1838 como *Arquivo Público do Império* tinha por finalidade guardar os documentos públicos. Em 1893 passou a denominar-se *Arquivo Público Nacional*. Depois de ocupar vários imóveis no centro da cidade do Rio de Janeiro, sua sede atualmente é o antigo e belo prédio da Casa da Moeda, na Praça da República.

O AN tem condições razoáveis de pesquisa, mas ainda mantém muitos dos recursos nos moldes antigos. Isso quer dizer em primeiro lugar que, conforme o tema da pesquisa e o recorte cronológico é necessário localizar o que se deseja em velhas fichas de papel. Isso torna o trabalho duplamente trabalhoso. Para realizar pesquisas no Arquivo Nacional é necessário comparecer a sede e selecionar o que se deseja consultar. O pesquisador terá acesso aos documentos mediante agendamento. Os documentos estarão disponíveis para pesquisa em alguns dias o que faz com que você tenha que retornar ao Arquivo para ler o que reservou. Um problema que ocorre frequentemente é que nem sempre o que está escrito na ficha catalográfica corresponde, de fato, ao que você realmente deseja pesquisar.

Em relação a isso vale a observação de Bacelar (2005):

[...] historiador que se aventura nos arquivos, de qualquer época, deveria ter preocupações em conhecer o funcionamento da máquina administrativa para o período que pretende pesquisar. Estar ciente, por exemplo, das mudanças de nomenclatura e competências das repartições ao longo do tempo, em especial em momentos de mudança institucional profunda, como a Independência, a instalação da Regência, a proclamação da República ou do Estado Novo. As mudanças na administração se fazem sentir da documentação resultante da atuação de cada órgão (p. 44).

Um exemplo é, por exemplo, quando se deseja fazer uma pesquisa sobre o Colégio Pedro II. Desde 1837, ano de sua fundação, até 1889, o nome da instituição era Colégio Pedro II. Em muitos documentos vê-se também a nomenclatura de Colégio *de* Pedro II. Com a Proclamação da República, o Colégio passa a se chamar *Instituto Nacional de Instrução Secundária*, e *Ginásio Nacional*, já em 1890. Apenas em 1911, com decreto do então presidente Marechal Hermes da Fonseca, a instituição volta ao nome de Colégio Pedro II, dividido em Externato e Internato. Dessa forma, uma pesquisa pelo nome de Colégio Pedro II 1901 não vai localizar retornar nenhuma referência à instituição.

Realizei pesquisas no AN para a tese de doutorado e tive a possibilidade de ter parte da documentação que desejava por meio de um serviço de digitalização que estava disponível na época a preço irrisório. Ingenuamente, contei que aquele recurso estaria disponível em minhas futuras visitas. Quando retornei em outra ocasião, após a análise da primeira parte do material que havia coletado, não havia mais tal recurso a minha disposição.

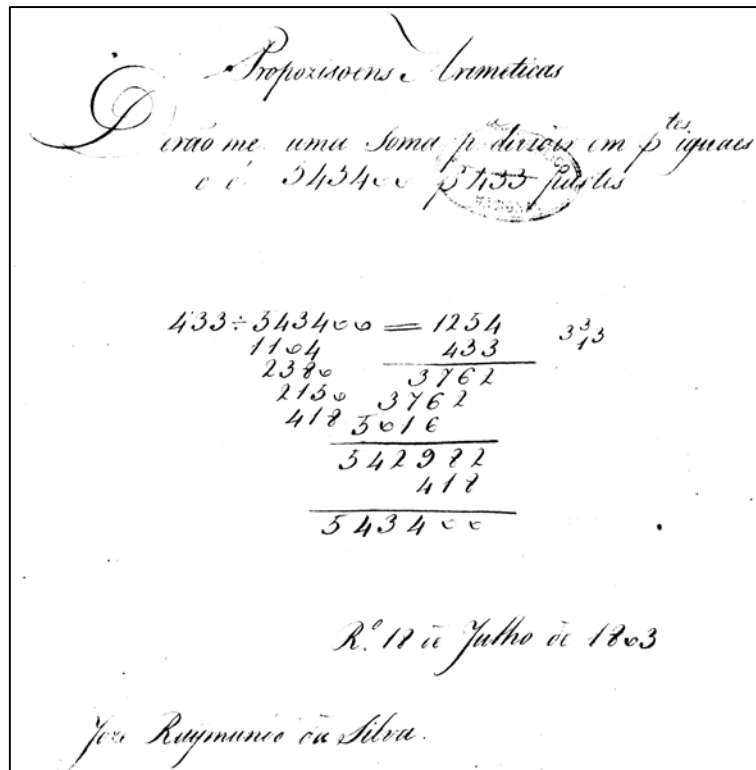


Figura 2 – Documento do Arquivo Nacional utilizado em Soares (2007)

Felizmente o AN permite que o pesquisador leve seu próprio equipamento (notebook, câmera) e tire fotos do material que deseja. Entretanto, a iluminação é precária, os grandes livros e páginas costumam “não caber na foto”, o pesquisador não é um fotógrafo profissional e as imagens captadas ficam muitas vezes tremidas ou ilegíveis.

Em outra pesquisa (SOARES, 2013b), sobre a *Escola Normal da Corte*, eu mesma pude capturar as imagens, mas que nem sempre ficaram tão boas quanto eu desejava.

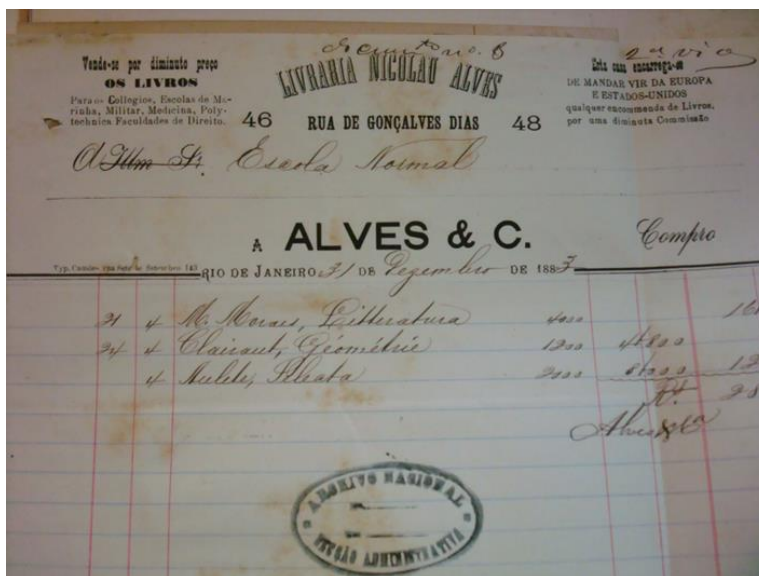


Figura 3 – Documento do Arquivo Nacional utilizado em Soares (2013b) – nota fiscal

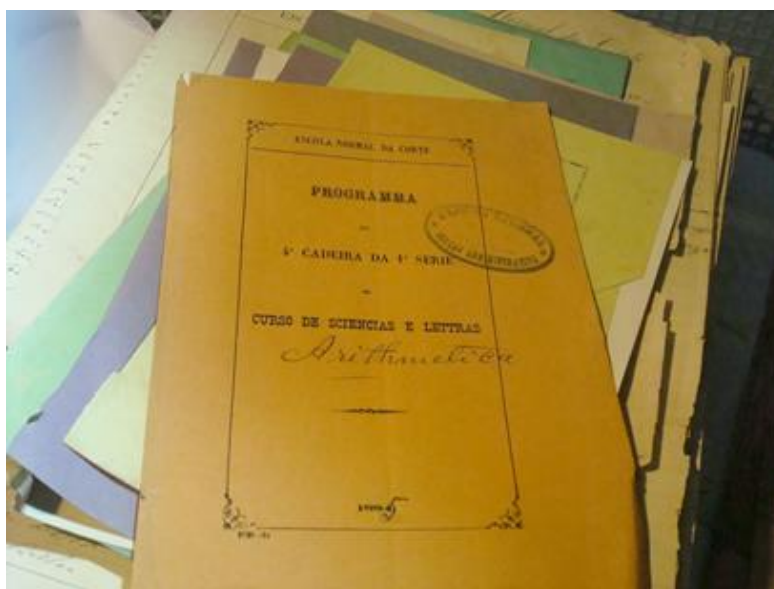


Figura 4 – Documento do Arquivo Nacional utilizado em Soares (2013b) – programas de ensino

Feitas as imagens, resta ainda um último obstáculo: decifrar a caligrafia nem sempre amigável e realizar a transcrição dos documentos. Como lembra Bacellar (2005) a leitura paleográfica exige que se tenha noções de como se produz o conhecimento para essa leitura, entretanto, mesmo “sem o recurso a um aprendizado formal é possível alcançar boa qualidade de leitura com um pouco de esforço pessoal” (p.58). Ainda como menciona o autor “o aprendizado passa sempre pela percepção dos vícios da escrita, dos erros de ortografia, ou da grafia diferenciada em relação ao português moderno” (p.59).

Nesse caso, um bom dicionário ortográfico da época em questão, no meu caso do século XIX, auxilia bastante nessas transcrições.

Outro arquivo que já frequentei é o *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. O AGCRJ é oriundo do *Arquivo da Câmara Municipal* inaugurado em 1825. Mais tarde, já na república, em 1893, sua denominação foi alterada para *Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal*, assumindo a competência de gerir e preservar a documentação produzida e acumulada pelos diversos órgãos e repartições do executivo municipal. Depois de sucessivas mudanças de denominação, de subordinação, de localização, e de transformações político-administrativas ocorridas no Rio de Janeiro, entre 1960 e 1975, incluindo a mudança da capital para Brasília, em 1979 volta a ter a denominação de *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, subordinado ao Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação.

Atualmente o AGCRJ está localizado atualmente na Cidade Nova ao lado do prédio dos Correios. Seu acervo bibliográfico e hemerográfico possui mais de relativos à cidade e à sua história administrativa, urbanística, social, econômica, política e cultural. Conforme dados A maioria do acervo bibliográfico é constituída por publicações oficiais, isto é, atos impressos emanados do governo municipal coletados pelo menos desde o século XIX.

A documentação que temos consultado para algumas pesquisas desde o doutorado é a pertencente à seção de manuscritos. O acesso ao AGCRJ e a consulta aos documentos desta seção é relativamente fácil. Ou seja, ao contrário do Arquivo Nacional, o material é acessível imediatamente sem necessidade de agendamento, a não ser para outros documentos do arquivo como documentos sonoros e audiovisuais. A sala de consulta sofreu algumas mudanças bem positivas nos últimos anos que melhoraram sensivelmente o ambiente de pesquisas. É permitido o acesso com notebooks, mas nada de câmeras. Assim, se o Arquivo Nacional permite que o próprio pesquisador tire fotos dos documentos, no AGCRJ este trabalho acaba sendo bastante dificultado e o usuário pode consultar a documentação, copiá-la ou fazer anotações de seu interesse somente mediante o uso de papel e de lápis. Há um serviço do próprio AGCRJ que permite em horário agendado solicitar fotos do acervo, mas em certas condições.

De maneira geral, os documentos estão em bom estado de conservação, mas muitos se encontram mutilados e têm sua leitura prejudicada devido à tinta usada que provoca um desgaste natural do documento ou borrões. Há ainda o caso de folhas grandes

como mapas ou listagens que precisam ser dobradas e desdobradas para leitura. Nessas situações o próprio manuseio vai tornando o material deteriorado o que em algum tempo fará com que boa parte dos documentos não possa mais ser acessível à consulta ou sequer recuperado.

Para a elaboração de um artigo sobre avaliação e circulação de livros didáticos no século XIX (SOARES, 2013a) a gama de documentos disponíveis no AGCRJ foi essencial para elaborar o percurso de livros a serem avaliados pelo governo imperial. Entre os diversos documentos manuscritos foi possível localizar cartas de professores se dirigindo a Inspetor da Instrução Pública oferecendo obras para avaliação, outras solicitando pagamento por obras elaboradas e memorandos diversos que testemunham a burocracia do processo que tem semelhanças com o modelo atual de avaliação de livros didáticos. Mas assim como em qualquer pesquisa histórica, os manuscritos não são suficientes. Foi necessário também o uso de outras fontes como a legislação da época e outras fontes secundárias para dar conta dos fatos.

Uma vez mais foi necessária a leitura paleográfica para a compreensão exata dos textos dos pareceres e memorandos, as abreviaturas e datas que em sua escrita “desenhada” confundem o leitor. Embora a dificuldade de reprodução do arquivo seja um problema a ser enfrentado, o *feitiço* dos arquivos (GOMES, 1998) acontece ao primeiro contato com os grandes livros que fazem parte do códice relacionado à Instrução pública. O grande desafio, mais uma vez é, a partir das questões de pesquisa, selecionar o material que será útil e costurar a grande colcha de retalhos para a compreensão do passado.

E adiante, o que há?

Na área de Educação Matemática, quem se dedica aos estudos históricos e deseja realizar pesquisas em arquivos, percebe que infelizmente é inexistente qualquer preparo ou curso para a realização desse tipo de trabalho. Resta-nos pesquisar mais a respeito e contar com a experiência de outros que já enfrentaram a mesma seara.

Para enfrentar a rotina dos ambientes de pesquisa, alguns objetos são bem vindos: lupa, máscaras, luvas. Outra dica é procurar alguns cursos como oficinas de Paleografia como a existente na UFMG⁴, por exemplo, ou em outras instituições como os próprios

⁴ Informações em <http://www.oficinadepaleografia.org/>

arquivos⁵. Interessante também é acompanhar e se possível frequentar também de eventos da área de Arquivologia que tem outro olhar sobre os documentos e os acervos.

Recentemente, em busca de preservar a documentação localizada muitos pesquisadores e instituições estão seguindo o rumo da digitalização e disponibilização de diversos materiais na web, em *Repositórios Digitais*. Isso por certo, tornou-se uma forma de divulgação bem menos dispendiosa do que a conservação de arquivos físicos que demandam também de recursos humanos para a organização dos serviços de consulta, além de possibilitar o acesso à informação de forma remota, principalmente para aqueles que não têm condições de se deslocar até o acervo para fazer suas pesquisas. Essa intenção está presente em minha instituição por meio de um projeto de extensão coordenado por mim na UFF⁶ mas também em outras iniciativas mais antigas como as experiências da USP com o Livres⁷ e na UFSC⁸, e fazem com que as informações circulem e estejam disponíveis em uma escala cada vez maior.

Ademais, mesmo a experiência sendo árdua, é muito prazerosa tanto para os iniciantes quanto para os mais experientes.

Para encerrar, vale lembrar as palavras de Oswaldo Munteal Filho quando fala também de suas experiências de pesquisa em arquivos:

Não existe um modelo único a ser seguido quando se trata de consultar um arquivo e penetrar no seu acervo. A intimidade com a pesquisa vai sendo construída à medida que o investigador define o seu tema: domina as leituras de apoio; exibe uma certa consistência teórica; é capaz de manter constantemente a dúvida acerca das suas hipóteses de trabalho; e, finalmente, talvez nesse caso o elemento mais importantes para aquele que inicia a sua trajetória [...], promove a dessacralização da fonte (1998, p. 272)

Referências

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.23-79.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 09 jan. 1991. p. 455.

⁵ De setembro a outubro de 2015 ocorreu II Curso de Paleografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁶ Livros didáticos de Matemática: um mapeamento da produção brasileira.

⁷ Banco de Dados de LIVROS EScolares brasileiros. Acesso em <http://www2.fe.usp.br:8080/livres/>

⁸ <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>

CALDERON, Wilmara Rodrigues. *O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 1998.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo, SP: Contexto, 2005. p. 111-153.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p.121-127, 1998.

MIRANDA, André. Inundação na Biblioteca Nacional causou mais danos do que os anunciados pela instituição. O Globo, Rio de Janeiro, 03 mai. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/inundacao-na-biblioteca-nacional-causou-danos-maiores-do-que-os-anunciados-pela-instituicao-4805074>>. Acesso em 08 ago. 2015.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. O historiador e os arquivos. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e Escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Acess, 1998. p. 271-281.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo, SP: Contexto, 2005.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. *O Rio de Janeiro imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

SOARES, Flávia. *Movimento da Matemática Moderna no Brasil: avanço ou retrocesso?* 2001. 192 f. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

SOARES, Flávia. Fontes para a história da educação matemática: imprensa e a matemática moderna. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n.18, p.65-77, maio./ago. 2006.

SOARES, Flávia dos Santos. Adoção, avaliação e circulação de livros didáticos de Matemática no século XIX. *Zetetiké*, Campinas, v. 21, n. 40, p.37-58, jul/dez 2013a.

SOARES, Flávia dos Santos. O ensino de matemática na Escola Normal da Corte (1876-1889). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 54, p. 128-143, dez. 2013b.

SOARES, Flávia dos Santos. *O Professor de Matemática no Brasil (1759-1879): aspectos históricos*. 2007. 172p. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VIDAL, Diana. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.) *A cultura em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 3-30.